

Planalto muda 200 artigos de Cabral

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Cerca de cem emendas alterando 200 artigos do primeiro anteprojeto de Constituição — constituído de 501 artigos — foram encaminhadas ontem ao grupo Centro Democrático pela Presidência da República. Subscrita por parlamentares desse grupo do PMDB, as emendas foram apresentadas à noite à Comissão de Sistematização da Constituinte, que teve até a meia-noite prazo para recebimento de propostas. As emendas foram elaboradas por assessores do presidente Sarney.

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), antecipou a estratégia que o grupo do qual é integrante pretende pôr em prática para prevalecerem as emendas, apresentadas "em nome dos partidos que apóiam o governo, não em nome do governo", conforme esclareceu. Contrariando decisão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de não aceitar emendas substitutivas quanto ao mérito (leia matéria ao lado), o Centro Democrático fez exatamente isso, para mais tarde, em plenário, pedir votação em destaque para as emendas não acatadas pelo relator-geral Bernardo Cabral (PMDB-AM). Se o grupo não tiver êxito na primeira fase, repetirá mais tarde a estratégia, assim que iniciada a discussão em plenário e aberto o prazo para apresentação de emendas em todos os sentidos.

A preocupação principal do Palácio do Planalto, pelas emendas do Centro Democrático, é com a perda de poderes do presidente da República, se mantido o anteprojeto de Bernardo Cabral. Assim, dentre as emendas destaca-se a que atribui ao presidente o poder de exonerar o primeiro-ministro. Outra preocupação do grupo é não permitir a reversão da anistia para os militares punidos.

O próprio presidente José Sarney está "alarmado" com o texto da Comissão de Sistematização — "im-

perfeito", "sem unidade" — e pretende escrever carta ao presidente da Constituinte expondo seu ponto de vista e suas reclamações. Parlamentares que têm estado com o presidente da República confirmam sua posição. Um deles, o senador Edison Lobão (PFL-MA), que se encontrou ontem com Sarney, criticou o projeto de Cabral e classificou-o de "imprestável". Só o artigo 482, relativo à anistia dos militares, é, de acordo com o senador maranhense, "uma bomba atômica", por "quebrar o País financeiramente" e por "revoagar as Forças Armadas", desorganizando a disciplina e a hierarquia.

DIVERGÊNCIAS

As opiniões quanto à "interferência" do Palácio do Planalto na elaboração da nova Constituição divergem. Mesmo os líderes dos dois mais importantes partidos — PMDB e PFL, que constituem a Aliança Democrática — têm posições opostas. Se o liberal José Lourenço não vê nada de mais em o presidente Sarney "opinar", segundo sua expressão, o peemedebista Mário Covas condena a "tentativa de intromissão" do governo nos trabalhos da Constituinte.

Uma das pessoas mais atingidas por essa "intenção de ingerência", o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, evita criticar a disposição do governo. Ele preferiu a forma indireta para dizer o que pensa: pela definição teórica de governo e poder, o senador do Rio afirmou que o primeiro é uma organização política, e apresentar um substitutivo não está entre suas atribuições, enquanto o segundo — o poder — representa detenção de possibilidades, até de repressão.

Afonso Arinos destacou que depende dos presidentes das comissões temáticas e de Sistematização — ele próprio — decidir por receber ou não substitutivos aos pareceres dos relatores, desde que se trate de matéria correlata.

O senador fluminense, ainda que contrário ao substitutivo do Planalto, acha que é "muito ruim tudo o que foi feito até agora" pela Constituinte, atribuindo isso à falta de "um mapa para seus integrantes" — que poderia ser, em sua opinião, o anteprojeto elaborado pela "comissão de notáveis" que presidiu. Ele diz que esse "roteiro" foi posto de lado porque o presidente Sarney não concordou com a forma de regime proposta — o parlamentarismo — e porque as Forças Armadas discordaram da mudança de seu papel constitucional.

Agora que o governo apresentou emendas ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral, da Sistematização, Afonso Arinos declarou não saber qual procedimento será adotado, pois o regimento da Constituinte só permite que emendas sejam encaminhadas por seus integrantes. Antes de apresentadas, as propostas de governo, o senador Mário Covas admitia ser legítimo o líder do governo, Carlos Sant'Anna (BA), apresentar a proposta que bem entendesse, mas jamais que o Executivo o fizesse por intermédio de constituintes. "Seria uma invasão de atribuições" — disse o líder peemedebista, indo mais longe: se a tramitação de um substitutivo ao anteprojeto de Cabral fosse possível, o PMDB seria capaz de apresentar o seu próprio, e redigir, portanto, sozinho a nova Constituição. Além de essa idéia ser descabida, a seu ver, o regimento interno da Constituinte não admite a apresentação de substitutivos.

Posição contrária à de Covas, o líder José Lourenço defende o direito de Sarney influir na elaboração da Constituição. "Como maior líder político da Nação, o presidente tem não apenas o direito, mas o dever de opinar sobre a elaboração da futura Carta Magna, oferecendo-nos a contribuição de sua experiência parlamentar e da condução do País. Ele pode opinar e agir, através de seus líderes, e já o tem feito comigo" — ressaltou o líder liberal.



Para Lourenço, Planalto pode emendar projeto de Cabral

Ulysses e os líderes proibem substitutivos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e os líderes de todos os partidos decidiram ontem que não serão aceitas emendas substitutivas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização. Descartaram também a possibilidade de interrupção dos trabalhos constitucionais, como propôs o senador José Richa. Por unanimidade, vetaram qualquer modificação no regimento interno da Constituinte.

"Ganhamos essa parada", disse o relator Bernardo Cabral, ao saber do resultado da reunião das lideranças partidárias. Ele não conseguiu disfarçar a satisfação por ter derrotado, nessa primeira fase, a tentativa do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, de apresentar um substitutivo ao seu anteprojeto. A nova estratégia do Palácio do Planalto, que está sendo passada por Sant'Anna, indica que os constituintes devem apresentar "qualquer emenda que ocorrer na cabeça", e buscar o entendimento político depois. Para o líder governista, não há outra saída, já que "o relatório de Bernardo Cabral é ruim, tem muitas falhas e está sendo motivo de galhofas".



Por isso, Sant'Anna está aconselhando que os constituintes entrem no mérito do anteprojeto da Sistematização, apresentando emendas que alterem seu conteúdo. Qualquer coisa, "a não ser que queiram empurrar esse boneco que está aí", disse o líder, prevendo que, se a iniciativa não tiver êxito, "só nos restará brigar em plenário, e aí tudo pode acontecer".

Ontem pela manhã, Ulysses Guimarães esteve com o presidente Sarney. Depois, na reunião com as lideranças partidárias, desmentiu declarações a ele atribuídas, de que defendia o recesso provisório da Constituinte. O deputado garantiu que a posição do presidente da República também é contrária à interrupção dos trabalhos constitucionais. Sobre as propostas que o governo estaria elaborando para enviar à Constituinte através de seu representante, Ulysses limitou-se a afirmar que a Assembleia é soberana e independente, e que está pronta para examinar qualquer sugestão dentro dos termos regimentais. Para deixar claro que não aceita a proposta apresentada por José Richa, o presidente da Constituinte lembrou que as sessões plenárias realizadas diariamente, das 14 às 18h30, são utilizadas

Relator-geral ter cinco auxiliares

Apesar de os constituintes auxiliarem o deputado Bernardo Cabral na apreciação e escolha das emendas que integrarão o substitutivo ao anteprojeto da Comissão de Sistematização. Os principais, que atuarão na linha de frente com Cabral, são três: o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS) e Adolfo de Oliveira (RJ), líder do PL. Outros dois — senadores Wilson Martins (PMDB-MS) e José Inácio (PMDB-ES) — ficarão em degrau decisivo um pouco abaixo.

Essa composição foi acertada na noite de terça-feira entre os deputados Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte; o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos; o relator-geral, deputado Bernardo Cabral; o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas; e demais líderes e vice-líderes do partido majoritário no Congresso Nacional.

O deputado Adolfo de Oliveira — que coordenou o grupo dos sete relatores auxiliares de Bernardo Cabral na fase inicial de elaboração do anteprojeto da Sistematização, e é amigo do relator-geral — admitiu ontem a possibilidade de apresentação de substitutivo nessa fase dos trabalhos da Constituinte. Preveniu, porém, que a idéia predominante até o momento é não aceitar alterações no anteprojeto de Cabral.

Comissão da Família tenta tudo de novo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Três substitutivos em forma de emendas representando integralmente o texto rejeitado por Bernardo Cabral no capítulo da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência, Tecnologia e Comunicação foram entregues ontem à noite na Comissão de Sistematização. Essa comissão temática, relatada pelo deputado Artur da Távola, não conseguiu aprovar nenhum texto por falta de consenso entre seus 63 integrantes. Mas Bernardo Cabral optou pelas propostas de Távola na elaboração do anteprojeto da Comissão de Sistematização. O outro texto rejeitado por Cabral foi subscrito pela maioria — 38 dos 63 constituintes —, levando-o agora a reapresentar as propostas originais e sentirem-se com respaldo político suficiente para fazer prevalecer suas idéias no projeto final.

Os temas foram divididos em três capítulos: o primeiro, sobre Ciência, Tecnologia e Comunicação, ficou por conta do deputado Aroldo de Oliveira (PFL-BA); o segundo, sobre Educação, Cultura e Esportes, com o senador João Calmon (PMDB-ES) relator da subcomissão específica; e o último sobre Família, Menor e Idoso, com o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA). O de João Calmon não tem alterações profundas porque o texto original foi integralmente acatado por Cabral através de negociação prévia com o grupo.

O capítulo a cargo de Aroldo de Oliveira é o mais polêmico e causador de toda a confusão na fase dos trabalhos da comissão temática. Ele apresentou 12 emendas de conteúdo ao relatório de Cabral. Entre as principais está definição de empresa nacional: "A pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle de capital esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno". Ele propõe, nesse sentido, a supressão do artigo 307 e seus dois parágrafos do anteprojeto de Constituição.

Sobre rádio e televisão: "Compete ao Poder Executivo, ad referendum do Congresso Nacional, outorgar concessões de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens (art. 407). Parágrafo único: "As concessões serão por 15 anos e só poderão ser suspensas, não renovadas ou cassadas por sentença fundada do Poder Judiciário". Suprimiu a criação do Conselho Nacional de Comunicação. Justificativa: "Evitar a criação de um outro poder em nossa República".

Sobre censura: "É assegurado aos meios de comunicação o amplo exercício do pluralismo ideológico e cultural (art. 404). Parágrafo único: "A radiodifusão e demais meios de expressão e comunicação e os bens de serviços relacionados com a liberdade de expressão e comunicação não podem ser objetos de monopólio, direta ou indiretamente, por parte de empresas privadas ou de entidades do Estado".

Reserva de mercado: "A lei estabelecerá mecanismos temporários de reserva de determinados segmentos do mercado interno para bens e serviços resultantes do desenvolvimento tecnológico nacional". Propõe também a supressão do parágrafo único do art. 401, como consequência lógica da formulação da emenda. Justificativa do autor: "Entendemos que o mercado interno, como qualquer outro, não é passível de submeter a ordenações. O comportamento de um mercado poderá, quando se precisar nele interferir, ser influenciado e estimulado por meio de mecanismos de incentivos".

As emendas sobre Família, Menor e Idoso também recompõem o projeto original. O deputado Eraldo Tinoco criticou o texto de Cabral assinalando que, neste capítulo como em outros, ele desce "a detalhes inconcebíveis numa Constituição".

Richa diz que insistência nos 5 anos agrava crise

AGÊNCIA ESTADO

O senador José Richa admitiu ontem em Brasília que é a intransigência do governo em favor do mandato de cinco anos para Sarney que dificulta o entendimento geral para superar a crise política. E voltou a defender a suspensão temporária dos trabalhos da Constituinte para que a Câmara e o Senado discutam a crise política e econômica do País. Richa declarou-se pessimista com a evolução da crise, prevendo que a Constituinte poderá implodir e a transição democrática chegar a um impasse, até o final do ano. A solução, a seu ver, poderia ser a antecipação da eleição para sucessor de Sarney.

Para Richa, os protestos que aconteceram no Rio poderão estender-se rapidamente a outras regiões; e não se trata apenas de "baderna", pois badernes só se reúnem quando encontram uma situação de insatisfação generalizada, como a atual. O País, frisou, atravessa uma fase de "completa desordem política" e é preciso parar para tomar uma ação conjunta entre governo e partidos, a fim de evitar a convulsão social. Acrescentou que vai formalizar projeto de decisão solicitando a suspensão temporária da Constituinte.

Richa observou que os trabalhos constituintes estão sendo feitos emocionalmente e até o PMDB, o partido majoritário, está cada vez mais dividido. Em janeiro, notou, o PMDB tinha dois grupos internos, mas, hoje, ninguém mais sabe quantos são, o que aprofunda as divergências e dificulta o entendimento da opinião pública. Na sua opinião, a Constituinte está sendo uma frustração para o povo, porque após cinco meses fez um anteprojeto renegado por todos os políticos e partidos. Finalmente, negou que a suspensão da Constituinte tenha sido previamente acertada com o Palácio do Planalto.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não concordou com a proposta de seu amigo José



José Richa



Mário Covas

Richa, por entender que, na atual fase da Constituinte, quando só trabalha a Comissão de Sistematização, não há necessidade de interrupção do processo. "As piores dissidências são as de boa-fé" — disse ele, justificando a proposta de Richa.

O líder do PFL, José Lourenço, também discorda de Richa: "A suspensão dos trabalhos da Constituinte vai dar ao mundo a idéia de profundidade de uma crise que não existe. Além do mais, temos o dever de votar a nova Constituição. Como vamos suspender o exercício do mandato que o povo nos delegou? Podiamos, é claro, renunciar coletivamente; e o senador José Richa poderia dar o exemplo e renunciar ao mandato dele".

Para o presidente Sarney, "o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, é que deve julgar e decidir sobre a proposta do senador José Richa". Sarney fez esta declaração na Base Aérea de Brasília, antes de viajar para o Acre ao encontro do presidente do Peru, Alan Garcia. O presidente acrescentou desconhecer a razão que levou o senador a apresentar a proposta, mas que a compreende "perfeitamente". Ulysses Guimarães, a seu lado, disse que respeita a posição de Richa, mas é contra, "já que a Constituinte é solução e não problema".

"O que nós devemos, se for possível, é atuar mais para abreviar a elaboração da Constituição, o que eu acho possível. Eu entendo que a Constituinte não pode sofrer descontinuidade ou paralisação, porque toda a Nação está na expectativa das definições de maior importância sobre assuntos sociais, trabalhistas e sindicais" — observou.

"E suspender os trabalhos da Constituinte vai resolver os problemas do País? Os constituintes já estão cansados, trabalharam demais?" — indagou em Curitiba o governador Álvaro Dias, contrário à proposta de Richa. "Não se resolvem os problemas do País interrompendo o processo mais importante do momento."

Convenção analisará estudo de Coutinho

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, economista Luciano Coutinho, será o responsável pela elaboração de estudo sobre a situação sócio-econômica do País a ser analisado na convenção peemedebista. Sua indicação foi feita ontem pelo presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, já que ele é um dos "consultores econômicos" da cúpula do partido.

Depois de examinado pela comissão especial encarregada de preparar o relatório da convenção nacional do PMDB, marcada para os dias 18 e 19, o trabalho de Luciano Coutinho será submetido à deliberação dos convenicionais. Os deputados Euclides Scalco (PR) e Manoel Moreira (SP) disseram não haver nenhum documento, pronto ou em elaboração, com o objetivo de contestar o Plano Bresser. No trabalho de Coutinho, conforme justificou Manoel Moreira, "deverá ser feita uma análise crítica da crise sócio-econômica, com sugestões do PMDB, para decisão da convenção".

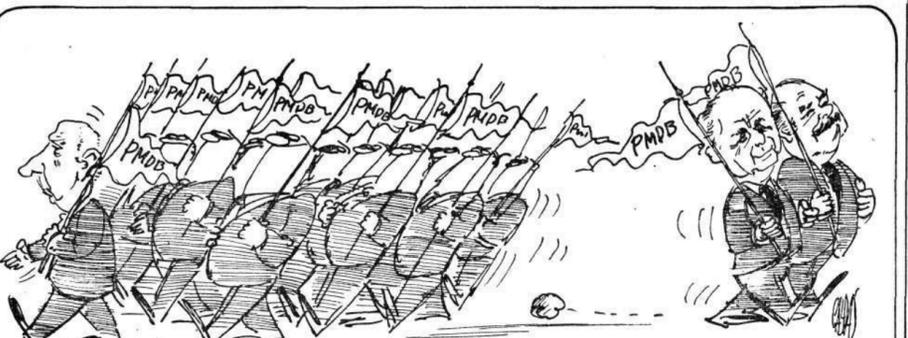
FICO

O senador Mário Covas não pretende deixar o PMDB para lutar pe-

las eleições presidenciais diretas, no próximo ano. E o que ele garantiu ontem, acrescentando que fica no partido mesmo que a convenção opte pelo mandato de cinco anos para o presidente José Sarney ou deixe a questão para ser decidida na Assembleia Nacional Constituinte.

Quando à possibilidade de a convenção do seu partido render-se à exigência do presidente Sarney de que lhe sejam assegurados os cinco anos no cargo, Covas fez mistério: "Procurem-me no dia 20 que direi o que vou fazer, se isso acontecer". Até agora ele vem transferindo uma imagem de militante disciplinado, no que diz respeito à convenção, sempre lembrando a importância do respeito às decisões da maioria partidária.

Mas na questão do mandato de Sarney, sua atitude provavelmente será diferente. Em vez de revelar abertamente, Covas prefere guardar sigilo sobre como reagirá se a convenção aprovar os cinco anos para o atual mandato presidencial. E argumenta: "estratégia política ninguém deve antecipar". A impressão de vários integrantes do PMDB é de que o líder do partido na Constituinte se engajará na campanha das diretas.



Pacto não anda. "O culpado é o PMDB"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Segundo o presidente José Sarney, o PMDB, partido majoritário na Aliança Democrática, tem impedido a concretização do pacto social que vem tentando desde sua posse, em março de 1985. "Desde que assumi a Presidência tenho me esforçado para engajar os políticos numa discussão sobre o pacto político, mas não tenho tido a receptividade que esperava ter junto a esses políticos", afirmou o presidente ao grupo de cientistas políticos com quem se encontrou quinta-feira, na Granja do Torto.

Segundo o reitor da Universidade de São Paulo, José Goldemberg, participante do encontro, o presidente tentou explicar aos cientistas políticos

que foi, desde o início, um dos principais paladinos do entendimento político, mas o PMDB não permitiu sua ampliação. Para Sarney, o pacto social não se concretizou porque os partidos que estão fora da Aliança Democrática não têm força suficiente, e porque o PMDB não queria perder a sua hegemonia. Do ponto de vista do presidente, a segunda tentativa de articular o pacto com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, à frente, frustrou-se porque as eleições estavam muito próximas. O presidente admitiu que os obstáculos existem, ainda hoje na Constituinte, mas afirmou que, apesar das primeiras tentativas frustradas, vai insistir no pacto, pois seu intento é atrair setores favoráveis à redemocratização rápida do País.

O presidente do PMDB, Ulysses

Guimarães, afirmou ontem, mesmo depois das declarações de Sarney, que está disposto a colaborar para a realização do pacto, mas advertiu que antes "é preciso fazer uma profunda análise sobre as condições em que ele poderá ser feito".

Para os cientistas políticos que entregaram a Sarney estudos sobre o assunto o pacto social é ponto fundamental para a concretização do processo de transição democrática. O professor José Augusto Guilhon de Albuquerque afirmou que "a bancada consoviada que apóia o presidente, o chamado Centro Democrático, terá certo fôlego porque se baseia no apoio articulado em torno de interesses imediatos e só pode ter continuidade na medida em que os valores de troca forem renovados".